

EIXO TEMÁTICO: VULNERABILIDADES EM SAÚDE E GRUPOS MINORITÁRIOS
**MULHERES RURAIS: DESIGUALDADES SOCIAIS, BIOÉTICA E
RESILIÊNCIA**

Bruno Neves da Silva[1]

Sandy Yasmine Bezerra e Silva[2]

Erika Simone Galvão Pinto[3]

RESUMO: Os contextos rurais são permeados por diversas desigualdades e iniquidades, resultantes de processos históricos e de questões de gênero que foram incorporadas às estruturas sociais e se cristalizaram. Nesse âmbito, as mulheres travam resistência diária contra a violência doméstica, o patriarcado e a divisão sexual do trabalho, sendo importante considerar a inserção de pressupostos filosóficos nos quais as políticas de saúde possam ancorar-se para planejar as ações de cuidado às mulheres que vivem nesse meio, como é o caso da bioética. Nesse âmbito, refletir ainda sobre a resiliência dessas mulheres também é premente, visto que tal processo se torna um fator determinante na resistência travada diariamente. Dado o exposto, o presente estudo objetivou refletir sobre o contexto das desigualdades que permeiam o cotidiano da mulher rural à luz da bioética e da resiliência. Trata-se de um estudo reflexivo desenvolvido a partir de duas categorias de análise: Bioética, desigualdades sociais e mulheres rurais; e A resiliência e o cotidiano das mulheres rurais. Ante às desigualdades e iniquidades analisadas, urge a reorganização social do ambiente rural para que as mulheres possam ter seu trabalho reconhecido, não sofram mais com a violência, tampouco com a influência do patriarcado no seu âmbito familiar, e possam, dessa forma, ter liberdade e autonomia para trilhar seus caminhos. Para que essa reorganização social seja alcançada, alguns alicerces, como é o caso da bioética e da resiliência, podem ser considerados para formular políticas que cheguem até os processos de resistência travados diariamente pelas mulheres rurais. Se separados, esses alicerces já auxiliam na resignificação da trajetória das mulheres rurais, a sinergia entre ambos pode ser o caminho a ser trilhado pelas intervenções que visem o alcance da justiça social no cenário rural.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Bioética, Resiliência psicológica, Populações rurais.

INTRODUÇÃO

A história dos sujeitos, conforme Rios, Bastos e Barros (2015), é elaborada a partir de contextos que consideram a sua inserção em um território, que se traduz em um espaço dinâmico no qual são construídas identidades, memórias e interações sociais instigadas pela coletividade. No contexto rural do Brasil, no entanto, esse território se constitui em um espaço no qual se exteriorizam as piores mazelas sociais, em que as condições de trabalho, saúde e de vida foram e continuam sendo mais precárias e contraditórias quando comparadas ao meio urbano (CÓRDOVAS; RIBAS; WOSNY, 2011; SARMENTO *et al.*, 2015).

No caso das mulheres do campo, além das mazelas sociais do ambiente, a construção social do papel que assumem perpassa, assim como acontece na sociedade em geral, pela influência do patriarcado e das questões de gênero. Desde a própria adolescência é perceptível que enquanto as mulheres permanecem no papel de

[1] Enfermeiro. Doutorando em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: enfbneves@gmail.com.

[2] Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: sandyasmine@hotmail.com.

[3] Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Líder do Grupo de Pesquisa em Tuberculose (GTB/UFRN). E-mail: erikasgp@gmail.com.

cuidadoras, os homens possuem maiores chances de atingir maiores níveis de escolaridade e a expectativa de se tornarem herdeiros das propriedades familiares (BARONIO; GEIGER, 2018).

No contexto histórico da mulher do campo, a figura do pai possui representação central, ilustrando uma cultura secular que elegeu o masculino como o responsável para realizar as atividades fora de casa, enquanto que o trabalho no interior desta é tido como responsabilidade da mulher. Tal divisão ainda existe, ainda que atualmente a participação feminina no mundo do trabalho seja cada vez mais crescente, e reafirma a divisão sexual do trabalho que invisibiliza a mulher e delega-a papéis culturais específicos: servir, nutrir e cuidar, que figuram como representações socioculturais do imaginário social que levam, muitas vezes, as mulheres rurais a omitirem seu cotidiano e suas histórias pessoais, desconsiderando, até mesmo, suas aspirações individuais pela necessidade de reproduzir ou de ajustar-se aos papéis construídos pelas representações sociais sobre a maternidade e o papel de dona de casa (TEDESCHI, 2009; TEDESCHI, 2016).

Esse processo de invisibilização acaba por incorporar-se no próprio imaginário feminino, como constata Rios, Bastos e Barros (2015), e a mulher acaba por manifestar representações de que não exerce função laborativa, ainda que execute, além do trabalho doméstico, as mesmas tarefas que seu companheiro do sexo oposto, pais e irmãos. Ademais, o trabalho do campo tende a ser visto como uma atividade masculina. Ainda que as esposas e filhas executem trabalho de roçado, cabe a elas o papel de ajudantes, e quando são remuneradas, não decidem sobre o dinheiro que faturam (SILVA, 2019).

Diante das iniquidades das trajetórias que as trabalhadoras rurais vivenciam em seus cotidianos, torna-se premente a necessidade de refletir sobre a sua resiliência. Esta entendida é aqui como um conjunto de processos intrapsíquicos e sociais que proporcionam o desenvolvimento de uma vida sadia, ainda que vivendo em um ambiente hostil (PESCE *et al.*, 2004), haja vista que tal processo se torna um fator determinante na resistência diária travada por estas mulheres.

Ademais, diante de contextos e realidades vulnerabilizadas por diversas iniquidades, é importante considerar a inserção de pressupostos filosóficos nos quais as políticas de saúde possam ancorar-se para planejar as ações de cuidado, como é o caso da bioética, que possibilita dar voz a indivíduos concretos, cujo sofrimento é reflexo da desigualdade social, tornando-se uma ferramenta política capaz de imprimir a ética nas moralidades, conduzindo à reflexão sobre o significado das marcas físicas e psicológicas, assim como das máculas morais da discriminação e da iniquidade (PORTO, 2008).

Dessa forma, questiona-se: Como as questões da bioética e da resiliência se inserem no contexto da mulher rural? Refletir acerca de tais assuntos pode colaborar para a construção de medidas ou idealização de caminhos que viabilizem a redução das desigualdades no campo.

OBJETIVO

Refletir sobre o contexto das desigualdades que permeiam o cotidiano da mulher rural à luz da bioética e da resiliência.

MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de um estudo reflexivo, fundamentado em estudos teórico-práticos acerca do contexto da mulher rural, em que se buscou analisar as particularidades desse contexto sob a ótica da bioética e da resiliência.

Nessa perspectiva, foram construídas duas categorias de análise: Bioética, desigualdades sociais e mulheres rurais; e A resiliência e o cotidiano das mulheres rurais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Bioética, desigualdades sociais e mulheres rurais

No meio rural, as mulheres são os indivíduos mais afetados pela exploração e pela dominação no campo, o que decorre de sua condição de classe e de gênero (SANTOS, 2016). Múltiplas formas de desigualdade social permeiam o ambiente rural, tais como a violência doméstica e as desigualdades de gênero, o patriarcado e a divisão sexual do trabalho (SILVA, 2019).

No que diz respeito à violência doméstica, diversas pesquisas relatam dados acerca da violência contra a mulher no meio rural (SCHRAIBER *et al.*, 2007; VASQUEZ, 2009; COSTA *et al.*, 2017; BERVIAN *et al.*, 2019), sendo que as do tipo física, psicológica e emocional são apontadas como as mais frequentes (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012; COSTA; NARVAZ; CAMARGO, 2018). Tal problemática engloba aspectos socioculturais e econômicos, além de singularidades contextuais próprias, e a mulher é vista como subordinada e obediente ao homem, provedor da família, o que ilustra a assimetria de poder nas relações de gênero no campo (COSTA; LOPES; SOARES, 2015).

De acordo com Díaz (2003), os conceitos de poder e violência parecem ser inseparáveis, e ocorre potencialização do risco de violência à medida que uma comunidade enfrenta desigualdades sociais, como baixos índices educacionais e níveis de pobreza elevados, desemprego, pobreza, dentre outros, sendo essas características comuns em áreas marginalizadas e em países em desenvolvimento, e mais acentuadas conforme Barchifontaine e Trindade (2019), em realidades rurais.

É levando em consideração o uso social do poder que a violência doméstica se manifesta das mais vis e variadas formas no meio rural, e essa relação de poder que se encontra no pano de fundo, legitimando a violência, acaba por ocultá-la, ou, mesmo, provoca a representação social de que no meio rural, a violência doméstica é algo natural a ser vivenciado pela mulher, como constatado por Costa, Lopes e Soares (2015a).

Em âmbito rural, existe uma potencialização de tal violência devido a características próprias do contexto, adverso e excludente, a exemplo da distância física do ambiente em que a mulher se encontra dos recursos de atenção e proteção social, que faz com a mulher percorra quilômetros em busca de apoio. Somado a isso, tem-se a dificuldade de acesso ao transporte, que se constituem em obstáculos no acesso à rede de apoio e na decisão da ruptura do ciclo da violência (COSTA; LOPES; SOARES, 2015b; GROSSI; COUTINHO, 2017). Ao inserir-se no cotidiano da mulher rural, a violência opera de maneira a perpetuar a dominação masculina nesse meio, e estende-se além da relação entre homem e mulher, refletindo na criação dos filhos, que crescem marcados por eventos traumáticos.

Em relação à violência, temas relacionados ao gênero foram estudados no âmbito da saúde pública, mas muito pouco desde a bioética. Entretanto, a análise desse problema a partir de reflexões desta é fundamental, pois a violência contra a mulher afeta a sua qualidade de vida, discrimina e a marginaliza, provoca exclusão social, sofrimento, incapacidades e pode levar até mesmo à morte, tornando premente a necessidade de criar-se uma linha de investigação sobre a violência de gênero desde a abordagem bioética e de saúde pública, indo além do que um programa tradicional de

prevenção, buscando a promoção dos direitos humanos (MONTROYA; SÁNCHEZ-ALFARO, 2011).

A dominação masculina é o que serve como a base para o patriarcado, e a forma de sociabilidade que delega poder ao masculino em detrimento do feminino reflete direta e indiretamente nas decisões e atitudes das mulheres, que passam a conviver com a violência e suas diversas formas cotidianamente, tendo o medo e a vergonha como alguns dos obstáculos à renúncia de um relacionamento abusivo. Ademais, a presença de filhos pequenos e o próprio não reconhecimento pela mulher que vive situações de opressão contribuem para a naturalização da violência (GROSSI; COUTINHO, 2017).

Ainda que a sociedade brasileira tenha promovido avanços nos debates sobre as questões de gênero, em decorrência de um processo de colonização explorador, escravocrata e patriarcal, persiste a reprodução de comportamentos dominadores intensamente assinalados por esse último, o que faz com que as mulheres, principalmente as do campo, sejam impedidas de exercer a liberdade de decidirem sobre suas próprias vidas (AMORIM; FIÚZA; PINTO, 2015).

Estruturalmente imbricado na existência da mulher do campo, o patriarcado faz parte da história da família no Brasil, que tem sido tratada como a história de uma organização doméstica e familiar denominada como família patriarcal, estabelecida preferencialmente no meio rural, onde se instituíram grandes fazendas legitimadas pela Igreja desde o início do período colonial, que tinham seu comando sob a figura do coronel, o qual exercia poder sobre todos os outros membros da unidade doméstica e era considerado o chefe da família (CUNHA; ALVES, 2014).

O patriarcado mantém relações muito íntimas com as desigualdades de gênero e a violência doméstica no meio rural, pois é o sistema que cria, justifica e legitima a exploração e opressão femininas, promovendo, ainda, a masculinização do patrimônio e legitimando a violência contra a mulher (LORENZONI, 2007; CORDEIRO *et al.*, 2015).

Ademais, o modelo de família patriarcal endossa a própria invisibilização do trabalho da mulher no campo, haja vista que é o modelo de família tido como padrão de moralidade, permitindo que o homem possua maior participação na vida política e social e usufrua do convívio social, enquanto à mulher, são impostas as tarefas de cuidar dos afazeres do lar e dos filhos (CUNHA; ALVES, 2014).

Conforme Amorim, Fiúza e Pinto (2015), o reconhecimento da condição de trabalhadora da mulher rural, o seu acesso à terra e a políticas públicas relacionadas com a agricultura familiar, bem como o direito à sindicalização e à aposentadoria são afetadas por tal invisibilização, que foi fortalecida pelo imaginário patriarcal da mulher frágil e vitimizada, que não possuiria forças para realizar tarefas consideradas “pesadas”, atribuídas aos homens.

Ambos, o patriarcado e a violência doméstica cerceiam as liberdades individuais da mulher rural, e contribuem para o aumento de uma opressão histórica de gênero que a mulher, no geral, enfrenta diariamente no meio social.

Quanto à divisão sexual do trabalho, destaca-se a sua manifestação como consequência das próprias desigualdades de gênero, do machismo e do patriarcado no meio rural, sendo que esse último considera as mulheres como uma dimensão da natureza, e que esta deve ser dominada pelo homem. Tal concepção é uma base fundamental para a construção da divisão sexual do trabalho (CORDEIRO *et al.*, 2015).

O conceito de divisão sexual do trabalho provém da França, e dele pode-se extrair duas significações. A primeira leva em consideração uma compreensão sociográfica, em que se estuda as variações no tempo e no espaço e a diferença na distribuição de mulheres e homens no mercado de trabalho, profissões e ofícios e, ainda,

como essa distribuição está relacionada à divisão desigual do trabalho doméstico entre homem e mulher. A segunda significação leva em consideração muito mais que a verificação de desigualdades, mas afirma que estas são sistemáticas e que a sociedade as utiliza para hierarquizar as atividades, e, assim, os sexos, para criar um sistema de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Conforme Mies (2016), a divisão sexual do trabalho não é fruto apenas do sexismo universal masculino, mas é um produto do modo de produção capitalista, que tipicamente define as mulheres como as donas de casa, e não considera o trabalho doméstico como trabalho por este não produzir mais-valia. Nas relações capitalistas, os instrumentos de trabalho, os meios de produção corporais são entendidos por uma perspectiva distorcida e androcêntrica, sendo sempre somente a mão e a cabeça, mas nunca o útero e o seio femininos.

Mesmo com as diversas transformações sociais ocorridas ao longo das últimas décadas, as mulheres permanecem dedicando mais tempo às tarefas do lar e tendo rendimentos médios inferiores que os dos homens pelo trabalho realizado fora do meio doméstico (BIROLI, 2016). No contexto rural, ocorre uma intensificação dessas desigualdades devido aos obstáculos em acessar os benefícios sociais, à assistência técnica e formação profissional, o crédito, além da acentuada disparidade econômica existente nos indicadores oficiais de renda e trabalho (GONÇALVES; GUIMARAES, 2017).

É notório o quanto as desigualdades sociais em meio rural ferem os direitos das mulheres do campo, naturalizando um ciclo de opressão histórica. À luz da bioética, discutir essas desigualdades é salutar, visto que, para Souza (2010), a bioética entra em cena para a defesa da vida, aparecendo de forma aberta e constituindo articulações com diferentes temas.

O termo “bioética” apareceu nas últimas décadas, mediante os importantes avanços tecnológicos na área da Biologia, e aos dilemas éticos relacionados com as descobertas e aplicações das ciências biológicas, que trouxeram consigo enorme poder de intervenção sobre a natureza e sobre a vida, ganhando impulso com o advento da aids na década de 1980 (KOERICH; MACHADO; COSTA, 2005).

Apesar de sua discussão não ser recente, enquanto disciplina, munida de referencial teórico próprio, seu nascimento acontece no início dos anos de 1970, nos EUA, baseada nas obras de um pesquisador oncologista chamado Van Rensselaer Potter. Lucato e Ramos (2009) a entendiam como necessidade do ser humano encontrar uma síntese entre ética e ciência que levasse em conta a *bios*, isto é, os limites e as determinações naturais do ser humano, sugerindo o desenvolvimento de uma ponte que, ligando ética e ciência, oferecesse caminhos para a sobrevivência da humanidade e do mundo que habita (RIBEIRO NETO, 2009).

Para alguns, mais do que uma disciplina, a bioética é um território, um terreno de confronto de saberes sobre problemas surgidos no progresso das ciências da vida e, em geral, das ciências humanas (BELLINO, 1997). Pode-se conceituá-la, sinteticamente, como um estudo teórico-prático interdisciplinar, que objetiva responder aos desafios morais que a utilização da tecnologia traz ao desenvolvimento da vida, ao meio ambiente e à saúde (RIBEIRO NETO, 2009).

De acordo com Fortes e Zoboli (2003), a bioética possui uma perspectiva humanista e autônoma, e procura enxergar o homem em sua globalidade, pretendendo alcançar a garantia da dignidade humana, sendo que a aceitação desta como valor fundamental remete ao imperativo categórico kantiano de ser cada sujeito tratado sempre como um fim em si mesmo e nunca como um mero meio para a satisfação de interesses do estado, de terceiros, da ciência ou dos cientistas, ou de interesses do

comércio e da indústria. Conforme Diniz (2008), aproximar o conceito de gênero da bioética, em especial das assimetrias resultantes do processo de socialização entre os gêneros, é um pressuposto fundamental para favorecer a análise crítica sobre as desigualdades sociais.

Tais desigualdades ferem a autonomia feminina, causam danos (maleficência) e provocam injustiças, além de violar o imperativo categórico do ser humano, desrespeitando a dignidade humana. Para mais, a bioética, caso almeje intervir ou proteger a parcela da população que vive em condições violentas e miseráveis, possui a responsabilidade moral de expandir suas discussões acerca das políticas públicas e econômicas (BRAZ, 2004) que enfrentem essas condições.

Ainda que, por si só, a bioética não seja o suficiente para transformar a realidade, que é o que almeja enquanto ética aplicada, dar visibilidade a desigualdade social pode colaborar para que as injustiças não permaneçam desconhecidas e irrefletidas, podendo a bioética, nesse sentido, converter-se em um campo disciplinar apto a desnudar a consciência, objetivando, a partir da razão e da reflexão, apagar padrões comportamentais injustos e primitivos, disseminadores do sofrimento e da dor, do adoecimento e morte prematura das pessoas (PORTO, 2008).

Para Ramos *et al.* (2019), o caminho trilhado pela bioética no Brasil é solidário às expectativas sociais, e os diversos entraves encontram-se relacionados ao desafio em atender aos interesses coletivos, construindo uma práxis engajada no combate às desigualdades, visando a legitimidade democrática. Para a superação dos desafios é preciso construir mecanismos de inclusão das discussões da bioética nos espaços em que as políticas públicas são definidas. Ampliando-se esses espaços para intervenções concretas, será possível alcançar a transformação da realidade da população.

A resiliência e o cotidiano das mulheres rurais

O conceito de resiliência tem sido explorado na literatura e aplicado nas mais diversas áreas que envolvem o ser humano e seu ambiente relacional, conforme o momento histórico e o interesse e necessidade dos estudiosos do tema. Em linhas gerais, as pesquisas sobre resiliência têm versado desde sobre a compreensão de características pessoais e processos de enfrentamento e superação à construção de instrumentos e métodos para a avaliação da resiliência, assim como acerca da compreensão do seu significado e formas de intervenção para o seu fortalecimento (SOUZA; CERVENY, 2006).

Ainda que não haja consenso na formulação de um conceito, os pesquisadores do campo da resiliência concordam que esse construto se constitui a partir do encontro entre as adversidades e o sujeito, sendo o resultado desse encontro positivo. Contudo, não existe uma determinação clara ou consensual do que se trata esse resultado positivo, tampouco, da adversidade em questão (BRANDÃO; NASCIMENTO, 2019).

Para Cruz *et al.* (2018), o indivíduo resiliente é tido como aquele que possui habilidade de reconhecimento da dor, percepção do seu sentido e de tolerância desta, até a resolução construtiva dos conflitos.

Nessa perspectiva as mulheres rurais aparecem como sujeitos resilientes, haja vista o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento para resguardar-se das adversidades e transformar o sofrimento relacionado ao trabalho em prazer por realizá-lo, mesmo tendo sua vida organizada em torno do trabalho, o que leva muitas delas a adoecer de tanto trabalhar (MARASCHIN *et al.*, 2019).

No contexto laboral das mulheres rurais, a criação de processos de resiliência visa à construção de processos adaptativos, tendo-se em vista as diversas especificidades que tornam o seu modo de trabalho permeado de iniquidades sociais.

Desta forma, a sua presença em meio rural se torna essencial, visto que o trabalho agrícola é uma atividade que demanda de esforço físico, requerendo alto consumo de energia humana, sendo, muitas vezes, inadequado ao ser humano, levando muitas mulheres rurais a adoecer de tanto trabalhar (BASTOS; BIFANO, 2017).

No tocante à violência no meio rural, diversos estudos têm mostrado que a resiliência, ainda que nem toda mulher desta seja capaz de desenvolvê-la, tem um papel significativo no processo de busca por ajuda, levando as mulheres a saírem do estado de imobilidade e romper com o ciclo de agressões (LABRONICI, 2012; SILVA; MONTEIRO, 2015).

Ademais, perante ao modelo patriarcal que persiste em meio rural, apesar das normatizações impostas, as mulheres possuem capacidade de resistência e de subversão, sendo capazes de reinventar os papéis e as relações que lhe são impostas (NARVAZ; KOLLER, 2006). A resiliência contribui, nesse sentido, para subverter a dominação patriarcal, haja vista que é entendida como a capacidade de uma pessoa ou família enfrentar e ser transformada por adversidades, mas conseguir superá-las (PINHEIRO, 2004).

Diante de tantas desigualdades e iniquidades, é premente que as mulheres rurais encontrem força nos processos plantados no chão do cotidiano para conseguirem sobressair-se das adversidades que enfrentam, enquanto as políticas sociais não avançam suficientemente para resguardá-las dessas desigualdades. A resiliência, nesse sentido, é um fator imprescindível para que alcancem tais processos de enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto social em que as mulheres rurais (re)existem é marcado por desigualdades, resultantes de processos históricos e de questões de gênero que foram incorporadas às estruturas sociais e se cristalizaram. Nessa perspectiva, urge a reorganização social desse ambiente para que as mulheres possam ter seu trabalho reconhecido, não sofram mais com a violência nem tampouco com a influência do patriarcado no seu âmbito familiar, e possam, dessa forma, ter liberdade para trilhar seus caminhos.

Para que essa reorganização social seja alcançada, alguns alicerces, como é o caso da bioética e da resiliência podem ser considerados para formular políticas que cheguem até os processos de resistência travados diariamente pelas mulheres rurais. Se separados esses alicerces já auxiliam na resignificação da trajetória das mulheres rurais, a sinergia entre ambos pode ser o caminho a ser trilhado pelas intervenções que visem o alcance da justiça social no campo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, E.O.; FIÚZA, A.L.C.; PINTO, N.M.A. mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 195-213, jan./jun., 2015.

BARCHIFONTAINE, C.P.; TRINDADE, M.A. Bioética, saúde e realidade brasileira. **Rev. bioét. (Impr.)**. v. 27, n. 3, p. 439-445, 2019.

BARONIO, F.C.; GEIGER, L. Construção do Ser Mulher na Agricultura Familiar: uma Perspectiva Logoterapêutica. **Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 24, n. 1, p. 91-97, jan./abr., 2018.

BASTOS, R.C.; BIFANO, A.C.S. “Estado da Arte” sobre as publicações científicas envolvendo o trabalho agrícola familiar no Brasil sob o ponto de vista ergonômico. **Engenharia na Agricultura**, v.25, n.1, p.27-37, 2017.

BELLINO, F. **Fundamentos da bioética**: aspectos antropológicos, ontológicos e morais. 1 ed. Bauru: EDUSC, 1997.

BERVIAN, G. Violência contra mulheres rurais: concepções de profissionais da rede intersetorial de atendimento. **Enfermería Global**, n, 54, p. 156-167, 2019.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016.

BRANDÃO, J.M.; NASCIMENTO, E. Resiliência psicológica: da primeira fase às abordagens baseadas em trajetória. **Memorandum**, v. 36, p. 01-31, 2019.

BRAZ, M. Bioética e violência. **Revista Bioética**, v. 12, n. 2, p. 77-98, 2004.

CORDEIRO, R.L.M. *et al.* Mulheres rurais e as lutas pela água na América Latina. **Temporalis**, Brasília, n. 30, p. 495-514, 2015.

CÓRDOVA, T.A.B.; RIBAS, C.E.D.C.; WOSNY, A.M. A assistência à saúde dos Sem-Terra: o caso do assentamento Butiá, Santa Catarina, Brasil. **Sau. & Transf. Soc.**, v.1, n.2, p.67-78, 2011.

COSTA, C.; NARVAZ, M.G.; CAMARGO, K. Violência de gênero em áreas rurais: o caso de Santana do Livramento (RS). **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 54, n. 2, p. 229-239, 2018.

COSTA, M.C. *et al.* Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. *Rev Gaúcha Enferm.*, v. 38, n. 2, p. 01-08, 2017.

COSTA, M.C.; LOPES, M.J.M.; SOARES, J.S.F. Agendas públicas de saúde no enfrentamento da violência contra mulheres rurais – análise do nível local no Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 5, p. 1379-1387, 2015.

COSTA, M.C.; LOPES, M.J.M.; SOARES, J.S.F. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 162-168, mar., 2015a.

CRUZ, E.J.E.R. *et al.* Resiliência como objeto de estudo da saúde do trabalhador: uma revisão narrativa. **Rev. pesquis. cuid. fundam. (Online)**, v. 10, n. 1, p. 283-288, 2018.

CUNHA, T.R.A.; ALVES, A.E.S. Educação e violência nas relações de gênero: reflexos na família, no casamento e na mulher. **Em Aberto**, Brasília, v. 27, n. 92, p. 69-88, jul./dez. 2014.

DIAZ, J.A.A. Las muertas de Juárez: bioética, género, poder e injusticia. **Acta bioeth**, v. 9, n. 2, p. 219-228, 2003.

DINIZ, D. Bioética e gênero. **Revista Bioética**, v. 16, n. 2, p. 207- 216, 2008.

FONSECA, D.H.; RIBEIRO, C.G.; LEAL, N.S.B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 307-314, ago., 2012.

FORTES, P.A.C.; ZOBOLI, E.L.C.P. **Bioética e saúde pública**. 1 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GONÇALVES, R.Q.; GUIMARÃES, S.M. Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “Marcha das Margaridas”. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 2, n. 1, p. 231-251, 2017.

GROSSI, P.T.; COUTINHO, A.R.C. Violência contra a mulher do campo: desafios às políticas públicas. **Serv. Soc. Rev.**, LONDRINA, v. 20, n. 1, p. 25-40, 2017.

HIRATA, H. KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007.

KOERICH, M.S.; MACHADO, R.R.; COSTA, E. Ética e bioética: para dar início à reflexão. **Texto Contexto Enferm**, v. 14, n.1, p. 106-110.

LABRONICI, L.M. Processo de resiliência nas mulheres vítimas de violência doméstica: um olhar fenomenológico. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 21, n. 3, p. 625-632, 2012.

LORENZONI, C. Violência nas relações de gênero e classe; uma interpretação a partir das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul. **Libertas**, Juiz de Fora, v. (esp), p. 82-98, fev., 2007.

LUCATO, M.C.; RAMOS, D.L.P. Bioética - histórico e modelos. *In*: RAMOS, D.L.P. (Org.). **Bioética: pessoa e vida**. 1. ed. São Caetano do SUL: Difusão Editora, 2009.

MARASCHIN, M.S. *et al.* Perfil Sociodemográfico e econômico de mulheres trabalhadoras rurais. **Revista Nursing**, v. 22, n. 251, p. 2848-2853, 2019.

MIES, M. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Direito & Práxis**, v. 7, n. 15, p. 838-873, 2016.

MONTOYA, J.H.E.; SÁNCHEZ-ALFARO, L.A. Las violencias de género como problema de salud pública: una lectura en clave Bioética. **Revista Colombiana de Bioética**, v. 6, n. 1, p. 37-61, 2011.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.

PESCE, R.P. *et al.* Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 436-448, 2005.

PINHEIRO, D.P.N. A resiliência em discussão. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 67-75, 2004.

PORTO, D. Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade. **Revista Bioética**, V. 16, n. 3, p. 287-303, 2008.

RAMOS, F.R.S. *et al.* Desafios atuais da bioética brasileira. **Rev. bioét. (Impr.)**. v. 27, n. 3, p. 446-454, 2019.

RIBEIRO NETO, F.B. conhecimento e bioética. *In*: RAMOS, D.LP. (Org.). **Bioética: pessoa e vida**. 1. ed. São Caetano do SUL: Difusão Editora, 2009.

RIOS, P.P.S.; BASTOS, A.S.; BARROS, E.R. Mulheres no semiárido brasileiro: uma história invisibilizada. **Revista Ouricuri**, v.5, n.2, p. 01-17. jul./ago., 2015.

SANTOS, N.A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. esp., p. 331-337, 2016.

SARMENTO, R.A. Determinantes socioambientais e saúde: o brasil rural versus o brasil urbano. **Tempus, actas de saúde colet**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 221-235, 2015.

SCHRAIBER, L.B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Rev Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p. 797-80, 2007.

SILVA, E.C.; MONTEIRO, C.F.B. Mulheres vítimas de violência intrafamiliar-um olhar sobre o resgate da autoestima através do processo de resiliência. **Uningá Review**, v. 23, n.3, p.75-82, 2015.

SILVA, M.R. Gênero, desigualdades e agricultura: a mulher na atividade agrícola familiar. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 2095-2105, 2019.

SOUZA, M.T.S.; CERVENY, C.M.O. Resiliência Psicológica: Revisão da Literatura e Análise da Produção Científica. **Revista Interamericana de Psicología**, v. 40, n. 1 p. 119-126, 2006.

SOUZA, W. “O Princípio responsabilidade” em Hans Jonas. Um desafio para a bioética numa contínua transcendência. **Revista do Dpto. de Teologia da PUC-Rio**, n. 35, p. 172-194, 2010.

TEDESCHI, L.A. Os desafios do empoderamento de mulheres AGRICULTORAS: notas sobre uma experiência vivida. **Revista de Ciências Sociais**, n. p. 139-154, 2016.

TEDESCHI, L.A. Relações de Gênero e a História das Mulheres Camponesas. **La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 14, n. 2, p. 45-62, 2009.

VAZQUEZ, G.C.F. A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 856-867, 2009.